

CULTURA ESTRATÉGICA E PROJEÇÃO BRASILEIRA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS*

*Elói Martins Senhoras***

Introdução

No contemporâneo contexto de projeção de uma cultura estratégica nacional nas relações internacionais, o presente trabalho discute as estratégias brasileiras de inserção internacional por meio da análise das ações multilaterais, plurilaterais e regionais, as quais evidenciam diferentes táticas – econômicas, político-diplomáticas e militares – utilizadas alternando momentos de adesão com momentos de autonomia.

O texto foi estruturado em três seções. Na primeira parte, são discutidos os vetores horizontais e verticais na projeção brasileiras nas relações internacionais. Na segunda seção, é apresentado o papel da cultura estratégica brasileira na sua projeção internacional. Na terceira seção, o texto mostra o peso dos problemas da política de defesa na projeção internacional.

Ao focalizar a discussão no *gap* de projeção da política de defesa e na sua característica paralela e sem canais de diálogo com a política exterior, o presente artigo objetiva fornecer subsídios para identificar as repercussões ao país, as quais acontecem, por meio de um baixo grau de barganha e dissuasão nas

* Trabalho preparado para apresentação no VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Quito, 12 a 14 de julho de 2012.

** Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista, mestre e doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). *Visiting scholar* na University of Texas at Austin (UT), na Universidad de Buenos Aires (UBA), na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso, Mexico), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e na National Defense University (NDU). *Visiting researcher* na University of British Columbia (UBC) e na University of California, Los Angeles (UCLA). E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em <http://works.bepress.com/eloi>.

relações internacionais, bem como os desafios inerentes, problemas e entraves, eventuais, oriundos do fortalecimento de sua projeção.

Horizontalidades e verticalidades na projeção internacional brasileira

A lógica relacional assimétrica de negociações no sistema internacional tem introduzido crescentemente uma série de estímulos externos que se acumularam ao longo do tempo e que acabaram gerando alguns padrões de respostas internas por parte dos Estados-Nacionais, como é o caso da adesão a estratégias plurilaterais, regionais e multilaterais.

No Brasil, os estímulos engendrados nas relações internacionais durante a re-emergência do capitalismo liberal determinaram como resposta a reformulação do papel do Estado, especialmente no campo econômico, onde o mercado ganha status de principal promotor do desenvolvimento.

Como um desdobramento deste período, houve uma crescente participação deste país em fóruns multilaterais como o G20; em arenas plurilaterais de países emergentes por meio de iniciativas como a CPLP, BRICS e BISA; e finalmente em projetos de integração regional, como o MERCOSUL e a UNASUL.

Destarte esta matriz de negociações internacionais registrada pela política externa *latu sensu* do Estado brasileiro tem profundo impacto na consolidação de um padrão geoestratégico de relações internacionais, ao caracterizar o país como uma *potência média*¹ que procura destaque no *espaço multilateral* e liderança no *espaço regional*.

1 “Dentre os aspectos importantes para a classificação das Potências Médias destacar-se-iam: o papel dos países frente aos processos decisórios internacionais, sua inserção regional, a dimensão e qualidade territorial e populacional, a produção agrícola, industrial, energética e mineral, o bem-estar e a integração nacional, a sua capacidade militar, seu status diplomático, sua taxa de importações e exportações, entre outros. [...] O traço mais marcante entre elas, ainda que em proporções e combinações distintas, é o fato de ocuparem uma posição intermediária no sistema internacional global com sua conseqüente condição de *system-affecting states* e, de outro, participando intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais onde se encontram. Seria na combinação dessas duas vertentes que as Potências Médias se destacariam como atores relevantes, atuantes e estruturantes do sistema internacional” (Martins, 2005: 08).

Este padrão geoestratégico regional-multilateral é caracterizado por uma grande estratégia, não oficialmente firmada, que se sedimenta por ações econômicas paradiplomáticas de suas empresas, bem como por ações governamentais de caráter político-diplomático e político-militar.

Ao tomar como referência estas discussões, é possível compreender a projeção internacional brasileira ao se tomar como referência de análise duas pilstras tripartites construídas por vetores verticais e horizontais, as quais são representadas por diferentes níveis, tanto de espacialidade, quanto de participação de atores com interesses específicos, identificados simplesmente como *stakeholders*.

Em primeiro lugar, observa-se a caracterização geoestratégica por meio de horizontalidades concorrentes de impacto na política externa *lato sensu* por meio da agregação de vetores *político-diplomáticos* (política exterior), *político-militares* (política de defesa), e *vetores econômicos* (políticas econômicas e ações paradiplomáticas).

A consolidação de uma cultura estratégia que influencia a política externa brasileira é o fruto relacional de vetores sincrônicos e assincrônicos, nem sempre convergentes, que vão se cristalizando conjunturalmente na curta duração e estruturalmente na longa duração por meio da difusão de processos institucionais diplomáticos e militares e da extroversão paradiplomática de atores empresariais.

De um lado, as concepções institucionais de diplomatas e militares se materializam na projeção internacional de modos distintos. Os diplomatas se adaptam rapidamente às dinâmicas internacionais por meio de negociações em múltiplas arenas e de alta profissionalização. Os militares passam por um forte ostracismo desde a redemocratização, o que os conduziu a uma passiva posição, restrita a políticas regionais de cooperação ou a multilaterais missões de paz.

De outro lado, a internacionalização de empresas brasileiras, baseada em estratégias primárias (exportações) e secundárias (investimentos externos diretos), tem conduzido à extroversão de um forte fenômeno paradiplomático de caráter regional e multilateral após o período das reformas neoliberais na década de 1990.

No Brasil, o atual período de internacionalização empresarial reflete, não só, ao aumento forçado da competitividade de empresas durante o período de reformas neoliberais, mas também às mudanças econômico-internacionais, em especial no setor de *commodities* agrícolas e minerais, quando o país se aproveitou de um padrão de acoplamento ao *boom de crescimento econômico* da China e de seu entorno regional asiático.

Em segundo lugar, é verificada a caracterização geoestratégica da participação brasileira na atual dinâmica das relações internacionais por meio de verticalidades espaciais de negociação em órgãos de caráter *multilateral*, blocos de natureza *regional*, ou grupos emergentes de atuação *plurilateral* em função da participação específica de cada *stakeholder nacional*.

Os raios de projeção internacional difundidos pelos atores nacionais na política externa brasileira podem ser visualizados pela conformação de um tabuleiro internacional onde as ações internacionais militares, econômicas ou diplomáticas incidem espacialmente, fragmentado-se verticalmente em escalas multilaterais, plurilaterais ou regionais.

Do ponto de vista diplomático, as negociações norte-sul da década de 1990 foram sendo gradativamente substituídas por lógicas de cooperação sul-sul, com o aumento de iniciativas de caráter regional, como o MERCOSUL e a UNASUL, ou negociações plurilaterais, como a CPLP, BISA, BRICS e G20, findando pressionar novas formas de participação política internacional ou fazer avançar temáticas com travamento em negociações multilaterais (Einaudi, 2011).

Do ponto de vista dos canais verticais de projeção internacional das forças armadas e de empresas brasileiras, estes foram se concentrando no entorno regional, seja por meio de iniciativas de segurança cooperativa ou de estratégias de exportação e investimento externo direto, as quais refletem a volta de um planejamento estratégico pelo Estado brasileiro.

Este padrão de internacionalização tem se concentrado segundo uma lógica de regionalização, por mais que haja uma dinâmica agenda comercial em termos multilaterais ou um crescente contato plurilateral entre as forças armadas nacionais para modernização da estrutura de força por meio da compra de

equipamentos e transferência tecnológica junto a potências externas à região (Senhoras, 2010).

O papel da cultura estratégica brasileira na projeção internacional

Com base nas verticalidades e horizontalidades que definem o padrão de projeção internacional do país, faz-se necessário definir as relações, as lógicas e campos de poder, que não estão, necessariamente, materializados em uma *grande estratégia*, mas antes são perceptíveis por traços de uma *cultura estratégica*.

Destarte, o termo cultura estratégica faz referência a um conjunto de valores, atitudes e crenças institucionalizadas, ou, não, que delineiam uma lógica agregada, conformando influências na ação estratégica de diferentes atores nacionais em sua ação externa, mas sem necessariamente forçar um determinismo mecanicista ou relação causal (Johnston, 1995).

Como as opções estratégicas legítimas ou não variam de acordo com a *cultura estratégica* de cada país, é possível observar no caso brasileiro a convergência de alguns princípios ou valores complementares entre os principais *stakeholders* nacionais com projeção internacional, que seriam, respectivamente, o *universalismo* e a *autonomia*.

Em primeiro lugar, o componente estratégico do *universalismo* corresponde ao compartilhamento de valores de abertura, pacifismo em relação a outros países e atores, bem como de rejeição a alinhamentos automáticos que comprometam a mudança de ações futuras, sendo portanto, o fruto das próprias características plurais de caráter geográfico, étnico e cultural do país que busca se projetar, ora como um *regional player*, ora como um *global player* (Lafer, 2004).

Em segundo lugar, o componente estratégico da *autonomia* é compreendido por princípios que buscam construir raios de manobra para se alcançar os interesses de um país que tem continentalidade e possibilidades de se tornar potência, refletindo assim uma característica de um Estado-Nação, ainda

em conformação, que finda evitar arranjos que venham a restringir as alternativas de sua ação futura (Fonseca Jr, 1998; Vigevani e Oliveira, 2005).

A definição de uma cultura estratégia *lato sensu* evidencia que os *vetores horizontais* na definição da política externa brasileira, por mais contraditórios que possam ser em determinados momentos, assentam-se em um núcleo duro de cristalizações universalistas e autonomistas, que leva à *consolidação operacional* de múltiplos espaços de projeção internacional (multilateral, plurilateral ou regional), conforme a *conveniência tática* de cada um dos *stakeholders*.

Esta grande *cultura estratégica* apresenta um relativo padrão de continuidade, que conserva um desenvolvimento gradual e que lhe dá estabilidade, a despeito da alternância de governos, por estar baseada em valores universalistas e de autonomistas de longa duração, compartilhados como forças profundas por diplomatas, militares e empresários, sem perder como referência os movimentos curto-prazistas.

Em primeiro lugar, a ampliação da agenda de política externa, desde meados da década de 1990, reforçou o papel universalista da internacionalização primária e secundária de empresas à medida que estes atores tiveram relevante papel paradiplomático e que se tornou funcional para estabilizar os condicionantes macroeconômicos do balanço de pagamentos nacional, ampliando assim os condicionantes de autonomia do país nas relações internacionais.

Em segundo lugar, as múltiplas negociações sul-sul acabaram por dar uma característica mais pró-ativa para um universalismo seletivo tendencioso a países emergentes, o que repercutiu no aumento do grau de autonomia do país frente a um contexto de crise e de menor crescimento econômico dos Estados Unidos e da União Européia.

Entre estas negociações sul-sul, destacam-se as iniciativas de cunho regional, por meio do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); bem como as iniciativas de cunho plurilateral nos fóruns identificados pelos acrônimos de BISA (Brasil, Índia, África do Sul), BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa),

Em terceiro lugar, o grau de comprometimento militar que o país assumiu deu continuidade a uma lógica universalista de ganhos políticos em uma condição de baixa capacidade no desenho das forças armadas à medida que o país buscou, de maneira pouco pragmática e adequada à manutenção de sua autonomia internacional.

Neste ponto, observa-se a presença brasileira em um crescente padrão de segurança cooperativa em nível regional, por meio da sua liderança na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ou de crescente demanda multilateral para reforma no Conselho de Segurança da ONU, ou ainda de participação em missões de paz.

A agenda internacional cristalizada por vetores horizontais e verticais presentes na cultura estratégica brasileira tem se pautado, muito mais, por componentes reativos à dinâmica internacional, em especial da Bacia do Pacífico, a propriamente, movimentos estratégicos proativos, o que tem levado o país a se projetar internacionalmente sob valores universais e de autonomia, porém aquém das suas potencialidades enquanto país emergente.

Conclui-se que a matriz de cultura estratégica, embora, dê contornos à política externa *lato sensu*, em um contexto dinâmica de relações internacionais, onde existem ameaças e oportunidades, propicia, também, resultados abaixo dos esperados a uma potência média à medida que existe uma assimetria na projeção dos atores, com um grave *gap* de capacidade entre as forças armadas *vis-à-vis* a diplomacia clássica e presidencial ou a paradiplomacia econômica.

Gaps de projeção internacional devido à política de defesa brasileira

Por mais natural que seja, a concepção e execução de estratégias pelos protagonistas da projeção internacional de um país – diplomatas, militares e empresários –, muito pouco se estuda em termos da contribuição em termos de

soft e *hard power* destes diferentes *stakeholders* para a conjugação dos resultados que se materializam como uma grande política externa².

Embora os mecanismos de *soft power* das negociações político-diplomáticas ou econômicas sejam os principais condicionadores da dinâmica internacional desde o fim da Guerra Fria, há que se observar que o enfrentamento militar não é descartado, pois continua, ainda, adequado como elemento estratégico de dissuasão (Luttwak, 1993; Toffler e Toffler, 1994).

“A experiência histórica indica que uma política externa predominantemente baseada em *softpower*, em vínculos culturais ou emocionais, normalmente é posta em prática quando uma nação não tem condições econômicas e militares de exercer poder de forma mais direta e que, além disso, raramente consegue efeitos significativos a não ser quando associada a elementos mais clássicos, como a influência política e militar direta” (Bertonha, 2010b).

Destarte, a *diplomacia violenta* proporcionada pela existência e potencial uso das forças armadas trata-se de um relevante meio estratégico para projeção internacional de qualquer país, motivo pelo qual se identifica que o Brasil tem pouca capacidade, em comparação a outras potências médias das Ásia, o que o limita em sua escalada para conseguir maiores níveis de poder no sistema internacional.

A capacidade de modelar e atuar segundo seus interesses nacionais é limitada no caso brasileiro, pois há um desenho de força minimalista, o qual restringe a janela de oportunidades do país negociar, bem como é permeado por uma incongruência estratégica, na própria manifestação política do livro de Estratégia de Defesa Nacional, ao tornar a diplomacia em peça única, tanto como meio primário, quanto de última instância, para a resolução de contenciosos.

Desde a longa duração, persiste uma visão tradicional de condução da política externa *lato sensu* do Brasil, por meio do protagonismo de seu corpo diplomático altamente profissionalizado, que coloca a projeção de poder,

² Conforme Lykke (1997), um conceito geral utilizado para a formulação de qualquer tipo de estratégia, seja ela política, militar ou econômica, depende dos elementos de poder empregados, os quais podem ser sintetizados por uma lógica de consistência entre meios e fins dentro de um espectro de caminhos diferenciados.

essencialmente, no campo do *soft power*, o que reflete uma opção pacifista de se relacionar internacionalmente, sem a necessidade de instrumentos de *hard power*.

Nesta contextualização, observa-se no caso brasileiro que a articulação entre a política exterior e de defesa seria caracterizada por uma “síntese imperfeita”, uma vez que a falta de harmonia entre as Forças Armadas e a Diplomacia, na garantia dos interesses nacionais, seria reflexo, tanto, da falta de poder militar com potencial dissuasivo, quanto, de uma busca de autonomia e blindagem decisória do Itamaraty (Alsina Jr, 2003).

Esta é uma opção estratégica que tem sido parte da agenda de longa duração do Estado Nacional brasileiro e que acaba por refletir na consolidação de uma cultura estratégica balizada por uma matriz de pensamento mais alinhada a um desenho *grotiano* a propriamente uma visão *hobbesiana*, o que acaba por se refletir em um desbalance estratégico, na medida em que se abdica do princípio da guerra como continuação da política por outros meios.

Esta visão sedimentada no Estado e na cultura estratégica do país, ao longo do tempo, tem impactos problemáticos, pois surgem questionamentos da sociedade brasileira sobre as funções das Forças Armadas, bem como sobre a continuação de seu uso tradicional no campo *stricto* da defesa, ou, eventual, possibilidade de sua operacionalização ampliada na segurança, de maneira complementar às forças policiais.

Estes questionamentos presentes no tecido social acabam por refletir na consolidação manca da projeção estratégica brasileira, já que não se tem clareza sobre quais são ou devem ser as missões das Forças Armadas no país, ou ainda como a política de defesa se insere no contexto da *política externa lato sensu* ou das políticas internas de segurança pública.

Esta série de questionamentos levantadas por diferentes atores dão fôlego e repercussão a uma série de correntes de pensamento que se difundem com projetos distintos ou mesmo conflitantes, presentes em um *spectrum* polarizado de opções, que parte de uma visão idealista-pacifista até se chegar a um corte pragmático de força.

Há que se reconhecer, no entanto, que a fratura de projeção de poder trazida pelo pequeno papel estratégico das Forças Armadas brasileiras, embora faça persistir uma série de obstáculos ou resistências para que a política exterior *latu sensu* do país atinja seus objetivos, tem presente, também, um alinhamento importante na minimização do *dilema de segurança*, pelo menos em nível regional, já que não estimula uma corrida armamentista na América do Sul.

Últimas considerações à guisa de conclusão

As projeções internacionais dos grandes *stakeholders* definidores da política exterior do país – diplomatas, militares e empresários – acabam por representar, em última instância, uma série de ações estratégicas específicas que se assentam na busca de protagonismo na distribuição de poder por meio da valorização de dois critérios, que são *capacidade e legitimidade*.

No caso brasileiro, embora seja identificada uma consistente legitimidade das ações militares, diplomáticas e empresariais, seja do ponto de vista da interpretação legal do direito internacional ou da opinião pública nacional, existe um claro desbalance estratégico na projeção internacional da grande política exterior na medida em que se entende que há uma falta de capacidade militar em comparação aos recursos de poder tangíveis dos empresários e da diplomacia.

Conforme Pecequillo (2008), no campo estratégico-militar, o Brasil passou a ter muito menor poder relativo do que muitas nações eurásianas, haja vista que o país sofreu um importante revés na década de 1990, com o desmonte do seu projeto de segurança nacional e a baixa priorização das Forças Armadas.

Embora a criação do Ministério de Defesa e o surgimento de alguns documentos estratégicos para a política de defesa tenham sido fatos relevantes, eles não foram suficientes para diminuir o *gap* de poder duro, mas antes foram determinantes para evidenciar o problema da capacidade de força.

Por mais que a política exterior do Brasil, no início do século XXI, tenha passado por uma evolução significativa, caracterizada por uma posição internacional e projeção de poder assertiva, dinamizando parcerias estratégicas de

cooperação com países desenvolvidos e emergentes, quando se identifica a instrumentalidade do poder militar para maximizar os interesses nacionais na política externa *latu sensu*, observa-se que as Forças Armadas são relevantes, porém carecem de meios de força para dissuasão (Alsina Jr, 2009).

Segundo Bertonha (2010), para um país, como o Brasil, que tem ambições crescentes de se tornar um *player* internacional, torna-se função *sine qua non* o fortalecimento de sua capacidade dissuasória, por meio de investimento em sua máquina militar, motivo pelo qual a conformação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), bem como compras de novos equipamentos e possíveis transferências tecnológicas para a reativação de uma indústria de defesa.

Em termos regionais, há que se advertir que o fortalecimento da projeção internacional do poder de força do Brasil tem que acontecer dentro de trajetórias previamente consolidadas na regionalização da segurança na América do Sul, justamente a fim de se evitar efeitos negativos sobre a geopolítica regional no médio e longo prazo.

O respeito às trajetórias de consolidação da regionalização na América do Sul acontece pela manutenção de uma lógica de baixo para cima e de cima para baixo; seja, pela manutenção de vetores estratégicos próprios às Forças Armadas, com ações paradiplomáticas para a cooperação militar; seja, por meio vetores políticos no CDS, para a cooperação dos Ministérios de Defesa.

Em termos multilaterais, surgem duas outras advertências, demonstrando, que a projeção de poder de força, ao trazer, consigo, novas potencialidades de projeção internacional, bem como novas responsabilidades para com o Brasil na dinâmica de segurança no mundo, pode, eventualmente gerar efeitos colaterais internos ou a sua política exterior.

Em primeiro lugar, há o risco do aumento do desenho de forças do Brasil impactar na diminuição do grau de efetividade diplomática da sua política exterior, ou mesmo, em segundo lugar, há o risco do país endogenizar e ampliar os efeitos de uma série de novas ameaças refratadas, o que viria a corroborar para a geração de efeitos negativos na política externa *latu sensu*.

O certo é que o Brasil não pode ficar aquém das atuais transformações na dinâmica do sistema internacional, as quais podem ser visualizadas, tal como o jogo de um grande tabuleiro, onde estão presentes atores assimétricos que vão sendo movidos, inseridos ou extintos segundo uma lógica relacional estratégica de ação e reação que acaba por transformar o próprio ambiente internacional.

De um lado, nos últimos cinco séculos, a cenário mundial esteve dinamizado por diferentes ciclos hegemônicos projetados por vetores estratégicos internacionais de caráter essencialmente *geoeconômico* na produção e distribuição da riqueza e *geopolítico* na conformação das gerações modernas da guerra desde o surgimento da ordem inter-estatal de Westphalia (1648).

De outro lado, no último quartil do século XX, passam a ser observadas algumas inflexões estruturais no sistema internacional, com a crescente participação de atores paradiplomáticos reticulares e a mudança da dinâmica geoestratégica rumo à Bacia do Pacífico, o que reflete em novos desafios e oportunidades para a projeção mundial dos atores segundo uma ordem de Eastphalia (Sepúlveda, 2010).

No século XXI, a construção dos desenhos de interdependência complexa já projeta pinceladas de conjugação de *soft* e *hard power*, demonstrando, assim, que se o Brasil e outras potências emergentes quiserem construir um papel de relevância na dinâmica internacional, seja na governança regional ou global, necessariamente vão ter que se instrumentalizar de uma noção de liderança baseada em um *smart power*.

Referências Bibliográficas

- ALSINA Jr, J. P. S. "A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 46, n. 2, 2003
- ALSINA Jr, J. P. S. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

- ARMIJO, L. E. "The BRICS countries as an analytical category: mirage or insight?" **Asian Perspective**, vol. 31, n. 4, 2007.
- BERTONHA, J. F. "Brazil: an emerging military power? The problem of the use of force throughout the Brazilian international relations into the 21st century". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, 2010a.
- BERTONHA, J. F. "O fim da hegemonia americana na América do Sul? Rússia, China e União Europeia como actores regionais?". **Negócios Estrangeiros**, n. 18, Dezembro, 2010.
- EINAUDI, L. R. "Brazil and the United States: The need for Strategic Engagement". **Strategic Forum**, n. 266, March, 2011.
- FONSECA Jr., G. **Legitimidade e outras questões internacionais: política e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- JOHNSTON, A. I. "Thinking about strategic culture". **International Security**, vol. 19, n. 4, Spring, 1995.
- LUTTWAK, E. **The Endangered American Dream**. New York: Touchstone Press, 1993.
- LYKKE JR, A. F. "Defining Military Strategy". **Military Review**, January-February, 1997.
- MARTINS, F. T. "A política externa no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: a articulação regional e a integração sul-americana (1995-2002)". **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: Uel-Anpuh, 2005.
- MEZA, M. N. "Política exterior y política de defensa. Una cercanía esquivada". **Revista Política y Estrategia**, n. 114, julio-diciembre, 2009.
- TOFLER, A.; TOFLER, H. **Las guerras del futuro**. Barcelona: Plaza & Janes Editores, 1994.
- PECEQUILO, C. S. "A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical". **Revista Brasileira Política Internacional**, 51, 2, 2008.
- SENHORAS, E. M. "A economia política internacional entre o regionalismo e o multilateralismo". **Carta Internacional**, ano 1, n. 2. São Paulo: NUPRI-USP, 2006.

- SENHORAS, E. M. "O surto rearmamentista na América do Sul". **Revista Meridiano 47**, vol. 114, 2010.
- SEPÚLVEDA, I. "*Eastphalia*: Asia en la Geopolítica Global y las Implicaciones para las Américas". **Security and Defense Studies Review**, vol. 10, Spring-Summer, 2010..
- VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. "A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração". **Revista Interthesis**, vol. 2, n. 1, 2005.
- VIZENTINI, P. F. "The G-3 and the G20: Brazil and the new international coalitions". **Nerint**, vol. 1, 2010.